

## OS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UESPI E A GUINADA CONSERVADORA DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 2010 – UM PERFIL POLÍTICO

Maria Aldenires de Sousa Lima<sup>1</sup>

Bruno Mello Souza<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo busca refletir sobre as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, nos anos 2010, em seu movimento para uma agenda conservadora, analisando as repercussões dessas mudanças junto aos estudantes de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, em Teresina, e verificando em que medida essas posições conservadoras da sociedade brasileira em geral, as relações binárias entre direita e esquerda, suas temáticas e tensões, se estabelecem para um perfil político-ideológico dos estudantes de Ciências Sociais da UESPI. Ao considerar a relevância das Ciências Sociais para a leitura da realidade e para a formação de narrativas, buscamos esse núcleo para manejar a possibilidade de compreensão dos acontecimentos que, de dentro da universidade, se conectam com as movimentações da sociedade brasileira em geral, numa tentativa de compreender se o perfil desses estudantes passou por modificações importantes de comportamentos, valores, sentimentos e conceitos que possam tê-los retirado de uma posição de tradição democrática e progressista para uma outra, eventualmente conservadora.

**Palavras-chave:** Ciências Sociais; UESPI; Perfil político-ideológico; Guinada conservadora; Sociedade brasileira.

### THE UESPI SOCIAL SCIENCE STUDENTS AND THE CONSERVATIVE SHIFT WITHIN BRAZILIAN SOCIETY DURING THE 2010s – A POLITICAL PROFILE

### ABSTRACT

This study seeks to reflect upon the changes that happened in the Brazilian society, during the 2010s, regarding its movement towards a conservative agenda, analyzing the repercussions of those changes along Social Science students at the State University of Piauí – UESPI, in Teresina, and verifying the extent of such conservative positions regarding Brazilian society in general, the binary relations between right and left, their themes and tensions, are transferred to a political-ideological profile among Social Science students at UESPI. By taking into consideration the relevance of Social Sciences for a better interpretation of reality and to the shaping of narratives, we sought that group to handle the possibility of understanding facts that, in the academic environment, are connected with how Brazilian society behaves in general, attempting to understand whether the students' profiles suffered important changes regarding their behavior, values, feelings and concepts that might have taken them away from the position of a democratic and progressist tradition to a different one, eventually conservative.

**Keywords:** Social Sciences; UESPI; political-ideological profile; conservative shift; Brazilian society.

### LOS ESTUDIANTES DE CIENCIAS SOCIALES DE UESPI Y LA GUINADA CONSERVADORA DE LA SOCIEDAD BRASILEÑA EN EL AÑO 2010 – UN PERFIL POLÍTICO

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, licenciada em Letras pela UFPI e mestra em Estudos Literários pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: niralim28@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, pós-doutor em Ciência Política pela UFPI – Universidade Federal do Piauí; doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: brunosouza@cchl.uespi.br.

**Humana Res**, v. 6, n. 10, 2024, ISSN: 2675 - 3901 p. 40 – 59, agos. a dez. 2024 (Número Especial: 10 anos do Curso de Ciências Sociais da UESPI). DOI: citado na página inicial do texto.

# OS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UESPI E A GUINADA CONSERVADORA DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 2010 – UM PERFIL POLÍTICO

## RESUMEN

El presente estudio busca reflexionar sobre los cambios ocurridos en la sociedad brasileña, en el año 2010, en su movimiento para una agenda conservadora, analizando las repercusiones de esas mudanzas junto a los estudiantes de Ciencias Sociales de la Universidad Estatal del Piauí – UESPI, en Teresina, y verificando en qué medida esas posiciones conservadoras de la sociedad brasileña en general, las relaciones binarias entre derecha y izquierda, sus temáticas y tensiones, se establecen para un perfil político-ideológico de los estudiantes de Ciencias Sociales de UESPI. Al considerar la relevancia de las Ciencias Sociales para la lectura de la realidad y para la formación de narrativas, buscamos ese núcleo para manejar la posibilidad de comprensión de los acontecimientos que, desde dentro de la Universidad, se conectan con las movimentaciones de la Sociedad brasileña en general, en un intento de comprender si el perfil de esos estudiantes pasó por modificaciones importantes de comportamientos, valores, sentimientos y conceptos que puedan haberlos retirado de una posición de tradición democrática y progresista para otra, eventualmente conservadora.

**Palabras clave:** Ciencias Sociales; UESPI; Perfil político-ideológico; Guiñada conservadora; Sociedad brasileña.

## Introdução

Os acontecimentos políticos e sociais ocorridos nos últimos anos no Brasil, com marco primordial em manifestações que se sucederam a partir do mês de junho de 2013 – e que continuaram, até culminar com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, – provocaram a dinâmica de uma conjuntura agudamente intensa, rica e preocupante, do ponto de vista da evolução de um cenário que passou a beneficiar correntes extremistas de direita, para finalmente colocar em risco as instituições da República e a nossa claudicante e ainda jovem democracia.

Os protestos iam desde a hostilidade em relação ao aumento de tarifas de transporte público nas grandes cidades, reivindicações por serviços básicos até uma acentuada revolta em relação às obras de estádios e outras, que se relacionavam à realização da Copa do Mundo de futebol no Brasil. Existiam demandas políticas diversas e contraditórias, abarcando um espectro político de natureza tão heterogênea em sua composição – da extrema esquerda revolucionária à direita tradicional, em princípio –, que até o mais acurado dos analistas teria dificuldades para sua interpretação<sup>3</sup>.

Tratava-se de uma recusa à “política institucional” e até mesmo de “antipolitismo” que, em verdade, configurava-se, finalmente, em “antipetismo”. Chirio (2021) lembra que

---

<sup>3</sup> Chirio, Maud. Qual uso da rua pela direita? Considerações acerca da inscrição histórica e memorial das manifestações a favor do impeachment de 2016. In: Cunha, Diogo; Nabuco, Rodrigo; Chirio, Maud (orgs.). **Crise política e virada conservadora: o abismo brasileiro no espelho do mundo (2014-2018)**. Curitiba: Appris, 2021.

**Humana Res**, v. 6, n. 10, 2024, ISSN: 2675 - 3901 p. 40 – 59 , agos. a dez. 2024 (Número Especial: 10 anos do Curso de Ciências Sociais da UESPI). DOI: citado na página inicial do texto.

essa insatisfação popular, parecendo legítima e heterogênea, desembocou em uma bipolarização em que organizações não partidárias, claramente identificadas com a direita, promoviam encontros de massa hostis ao governo. A direita ganhava as ruas <sup>4</sup>.

Se em 2013 a palavra “revolução” estava presente nas manifestações – assim como o símbolo da anarquia, referências ao movimento Occupy, Antifas, bandeiras vermelhas e a máscara do Anonymous –, nas movimentações de rua de 2015-2016 esses símbolos desapareceram. Segundo Chirio (2021) “talvez porque envolvessem valores defendidos por correntes de esquerda”<sup>5</sup>. Ato contínuo, inicia-se a onipresença do verde e amarelo em bandeiras, camisas da seleção brasileira e do hino nacional brasileiro. Quem ousasse aparecer vestido de vermelho a alguma dessas manifestações era imediatamente hostilizado, chegando mesmo às raias da violência. A bipolarização se estabelecia, então, com oposições que tinham por base, de um lado, um suposto nacionalismo, nostalgia de um governo forte e militarista, defesa da família “tradicional” e de valores cristãos e, de outro, a defesa da diversidade e liberalização dos costumes, de um Estado presente com distribuição de riqueza e um, também suposto, comunismo. Estavam dadas as temáticas que delimitariam os territórios da direita e da esquerda nacional.

A direita, dessa forma, aparecia com força ganhando as mídias hegemônicas e, especialmente, as mídias sociais, com um discurso que se alastraria por todo o território brasileiro. Esse discurso se caracterizava pela misoginia, comportamento avesso às políticas sociais e de distribuição de renda, de desprezo aos direitos humanos e com elementos de continuidade de uma cultura política autoritária, em que o anticomunismo ocupava uma centralidade como item de engrenagem sistêmica<sup>6</sup>.

Partindo do princípio de que a universidade impacta e sofre impactos em relação ao contexto vivenciado, torna-se relevante examinar como tem se configurado o ambiente de um curso como o de Ciências Sociais, que se caracteriza por estimular o pensamento crítico e o questionamento em relação aos dilemas e desigualdades vigentes na sociedade. Assim, ao analisar a influência da dinâmica geral da sociedade brasileira, sua guinada conservadora e suas implicações sobre os estudantes do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais da UESPI, em Teresina, buscamos:

---

<sup>4</sup> Ibidem

<sup>5</sup> Ibidem

<sup>6</sup> Caldeira Neto, Odilon. A extrema direita brasileira e os partidos políticos: do isolamento à agitação. In: Cunha, Diogo; Nabuco, Rodrigo; Chirio, Maud (orgs.). **Crise política e virada conservadora: o abismo brasileiro no espelho do mundo (2014-2018)**. Curitiba: Appris, 2021.

**Humana Res**, v. 6, n. 10, 2024, ISSN: 2675 - 3901 p. 40 – 59 , agos. a dez. 2024 (Número Especial: 10 anos do Curso de Ciências Sociais da UESPI). DOI: citado na página inicial do texto.

## OS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UESPI E A GUINADA CONSERVADORA DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 2010 – UM PERFIL POLÍTICO

a) Refletir sobre as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, nos anos 2010, em sua guinada rumo ao conservadorismo; b) Analisar conceitos como conservadorismo, direita e esquerda no campo político, temáticas e tensões dessa relação binária para melhor compreensão das mudanças no contexto histórico, sociológico e político da sociedade brasileira; c) Avaliar as repercussões dessas mudanças junto aos estudantes de Ciências Sociais da UESPI; d) Verificar em que medida essas posições e as temáticas conservadoras da sociedade brasileira em geral, as relações binárias entre direita e esquerda, suas temáticas e tensões contribuem para o estabelecimento do perfil político-ideológico dos estudantes de Ciências Sociais da UESPI. Então, perguntamos: Os estudantes de Ciências Sociais da UESPI seguiram a dinâmica geral da sociedade brasileira em sua guinada conservadora, nos anos 2010?

Na busca dessa resposta, os entrevistados foram constituídos por estudantes de Ciências Sociais dos turnos tarde e noite, essencialmente do 8º Bloco, da cidade de Teresina, no primeiro semestre de 2022, de forma a assegurar uma representação que contemplasse um contingente que já realizou um percurso político e existencial, numa faixa temporal daquele momento importante da história política e social brasileira e que, em tese, estaria sujeito às mudanças e situações de turbulência política pelas quais passou e passa o país. Os temas trouxeram à discussão aqueles pontos nevrálgicos cujas dicotomias têm determinado uma divisão que, de certa maneira, estabelecem os campos opostos entre aquilo que seriam, politicamente, concepções da esquerda e da direita no Brasil.

A escolha dos temas que conduziram a pesquisa com os estudantes deveu-se, sobretudo, a uma preocupação que, comungando com largos setores da sociedade brasileira e, em especial, com os estudiosos das áreas de sociologia e ciência política, convergem para buscar um entendimento para acontecimentos políticos específicos, no que diz respeito a uma movimentação explícita à direita de camadas da sociedade brasileira, na tentativa de compreender a atual situação conjuntural pela qual passa o Brasil contemporâneo, nessa guinada rumo ao conservadorismo, com traços importantes de extremismo.

Dessa forma, trataremos do posicionamento dos estudantes diante do impeachment de Dilma Rousseff; da política de cotas; da diversidade religiosa; da diversidade de gênero; descriminalização do aborto; do papel dos militares e do significado e percepção da democracia.

### **Contextualizando a discussão sobre esquerda e direita**

Norberto Bobbio (1995) em seu texto *Direita e esquerda* – razões e significados de uma distinção política apropria-se do binarismo, não sem utilizá-lo com cautela, até chegar a um conjunto de eixos organizados de forma cartesiana num procedimento analítico no qual aparecem variáveis que estabelecem conceitos por oposição, que conduzem ao entendimento ou, antes, à problematização do que seja esquerda e direita: igualdade/desigualdade/liberdade; hierarquia/participação/democracia, entre outras oposições e convergências<sup>7</sup>.

Situando o nascimento dessa díade no período da Revolução Francesa, Bobbio (1995) diverge do que ele chama de lugar-comum nos últimos anos (no caso, o autor focava os anos de 1990), em que se afirmava correntemente que não havia mais razão para se utilizar os termos esquerda e direita; que haveria uma crise das ideologias e, portanto, essas categorias se diluiriam, causando um “desaparecimento da distinção”. Ao discordar, o autor se contrapõe dizendo que esquerda e direita “não indicam apenas ideologias” (1995, p. 33) e que

Reduzi-las à pura expressão do pensamento ideológico seria uma indevida simplificação. “Esquerda” e “direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de idéias (sic), mas também de interesses e valorações [valutazioni] a respeito da direção a ser seguida pela sociedade [...]<sup>8</sup>

Diante das considerações de Bobbio, podemos concordar que não há declínio da força representativa desses dois polos presentes nos problemas da vida social e nas estruturas da sociedade que requerem a ação política. Há, portanto, presença de sistemas opostos, de valores, concepções de mundo e crenças, ou a ausência delas.

Esses critérios de distinção são corroborados por uma existência “solidária” ou complementar das duas categorias: “a direita não existe sem a esquerda e vice-versa.”<sup>9</sup> (Bobbio, 1995, p. 43). O autor insiste que “Não obstante ser a díade seguidamente contestada por muitas partes e com vários argumentos [...] as expressões ‘direita’ e ‘esquerda’ continuam a ter pleno curso na linguagem política”<sup>10</sup> (Bobbio, 1995, p. 63).

A presença e aceitação dessa ideia de contraposição simplificada não deveria causar surpresa no universo da política, lugar em que as forças se alinham e se constituem por

---

<sup>7</sup> Bobbio, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1995. p.33

<sup>8</sup> Ibidem.

<sup>9</sup> Ibidem.

<sup>10</sup> Ibidem.

## OS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UESPI E A GUINADA CONSERVADORA DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 2010 – UM PERFIL POLÍTICO

“relações de antagonismo entre partes contrapostas”<sup>11</sup> (Bobbio, 1995, p. 66), sendo este o modo mais simples e comum de identificar e representar essas relações, sejam elas partidárias, de grupos de interesse, entre pessoas ou entre povos: por uma díade ou por uma dicotomia. Tendo a categoria da política a representação bipolar amigo-inimigo, esta resumiria a própria ideia da política como espaço de antagonismo dicotômico por excelência, em que, na prática, “as partes em jogo, por mais numerosos que sejam seus aliados, são sempre apenas duas”<sup>12</sup> (Bobbio, 1995, p. 66).

É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apeço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental<sup>13</sup> (Ferreira; Botelho, 2010, pp. 11-12). Também a compreensão do conceito de conservadorismo como tendência ideológica, como ação fundada na modernidade e como ideologia de crise, em que o conservadorismo aparece como mantenedor da ordem e contra os “inimigos da sociedade”. Aí se concentram os ingredientes do caldeirão do colapso da hegemonia das elites dominantes brasileiras e a sua impossibilidade de manter-se no poder pelas vias verdadeiramente democráticas, em que são dadas as mesmas possibilidades para todos os atores sociais.

Do ponto de vista das mentalidades e sob a ótica do binômio tradição *versus* emancipação, seus respectivos contextos históricos, sua interpretação e, especialmente, na questão do comportamento político, tem-se um ponto de vista em que

O homem de direita é aquele que se preocupa, acima de tudo, em salvaguardar a *tradição*. O homem de esquerda, ao contrário, é aquele que pretende, acima de qualquer outra coisa, *libertar* seus semelhantes das *cadeias* a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe etc<sup>14</sup>. (Cofrancesco, 1975, *apud* Bobbio, 1995, p. 81).

---

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> Op. cit., 1995, p. 66.

<sup>13</sup> Ferreira, Gabriela Nunes. A relação entre leis e costumes no pensamento político e social brasileiro. Ferreira, Gabriela Nunes. Botelho, André. Revendo o pensamento conservador. In: Ferreira, Gabriela Nunes. Botelho, André. (orgs.) **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

<sup>14</sup> Op. cit., 1995, p. 81.

Embutida na afirmação acima de Cofrancesco encontra-se uma concepção de sociedade que se quer alcançar. Nela estariam, também, os dois outros elementos ou critérios que instauram, não apenas uma visão essencial dos possíveis princípios reveladores das diferenças entre esquerda e direita, mas de onde se originam todas as contraposições para os outros critérios de distinção: a igualdade *versus* a desigualdade.

Bobbio (1995) reafirma o princípio da igualdade como fundador, destacando-o como o único critério que resistiria aos efeitos e à usura do tempo. O princípio da igualdade se consolidaria, portanto, mantendo-se acima da dissolução dos outros critérios, refundando a díade, o que, nesse caso, provocaria uma reorganização dos critérios derivados, estabelecendo-se, definitivamente, o princípio da igualdade enquanto valor fixo<sup>15</sup> (Bobbio, 1995, p. 94).

Nessa linha, abordamos aquilo que tem unificado o que se estabeleceu ao longo da história como demandas da esquerda e da direita e das temáticas democráticas e progressistas e os seus opostos, acatando, portanto, essa visão binária.

### **Temáticas da pesquisa como fio condutor das análises: articulando reflexões**

A partir deste ponto, passamos a examinar mais detidamente o conteúdo das entrevistas realizadas com os discentes de Ciências Sociais da UESPI, estabelecendo o diálogo necessário entre suas manifestações e percepções e o contexto de polarização e radicalismo político vivenciado no país, considerando a ascensão de visões conservadoras dentro de nossa sociedade. Busca-se verificar até que ponto esse panorama político-social dialoga com as crenças e opiniões que os estudantes estruturam em relação a esta realidade.

#### *O impeachment de Dilma Rousseff*

A reeleição da primeira mulher como presidente do Brasil, em outubro de 2014, já se dava em um clima de hostilidade ao seu governo, vindo de manifestações no ano anterior. E para um de nossos entrevistados, aqui estaria caracterizada a misoginia como pano de fundo a essa hostilidade: “Creio que foi pelo simples fato de ser uma mulher na presidência. Ainda vivemos em uma sociedade machista, apesar de tantas lutas e ganhos” (Entrevistado 7).

---

<sup>15</sup> Bobbio, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

## OS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UESPI E A GUINADA CONSERVADORA DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 2010 – UM PERFIL POLÍTICO

As mudanças em torno das manifestações de 2013 foram o início de um rearranjo do cenário político, “num processo golpista que culminou no *impeachment* da presidente Dilma e com reflexos presentes até hoje [...] na política”. (Entrevistado 5). “O discurso antipetista, da corrupção, ‘chega de PT’”, nos diz o Entrevistado 4, “culminou no *impeachment* de Dilma, como ‘solução’”. Em conjunto com essas perturbações, a taxa de desemprego que antes, no próprio governo Dilma, era a mais baixa de todos os tempos, começa a subir. Também o discurso de que a presidenta teria aprovado créditos suplementares sem o consentimento parlamentar e cometido as “pedaladas fiscais” ganha corpo na sociedade, dando o argumento do crime de responsabilidade fiscal “que daria margem legal ao processo de impedimento”<sup>16</sup>(Ibrahim, 2021, p. 108).

Nesse sentido, nos diz o Entrevistado 13: “Usaram as pedaladas fiscais contra Dilma. Não que isso seja correto, mas qual governante não o fez? Por que somente Dilma foi punida? Simples, não havia motivos e articularam uma tramoia para tirá-la da presidência” (Entrevistado 13).

A sensação de que se tratava de uma “tramoia” passa a ser identificada como evento orientado por forças externas ao Brasil: “Influência imperialista na burguesia nacional que se reflete no Congresso para o saque do petróleo brasileiro. Não concordei. Golpe para o aumento dos lucros empresariais por meio da espoliação dos direitos da classe trabalhadora”, nos diz o Entrevistado 6.

A trajetória dessas manifestações nos possibilita a reflexão sobre a identidade política desses atos. A narrativa compartilhada pelo Entrevistado 9 é de que “As manifestações de 2013 foram usadas para a direita brasileira criar um movimento que ajudou e levou ao *impeachment* da presidente Dilma. As manifestações começaram de um modo e foi distorcida (sic) para ser usada pela direita brasileira.” Outro discente, o Entrevistado 8, aborda a questão da criação de movimentos marcadamente de direita: “O movimento ‘Vem pra Rua’ junto com a burguesia desencadearam uma onda de pessoas insatisfeitas com a gestão da época e, por isso, mesmo sem saber o real motivo, começaram a reproduzir um discurso de ódio contra o PT. [...]”

Chirio (2021) aponta esse pensamento dizendo que daí em diante os protestos adquiriram uma conotação claramente política. Toda essa crise e suas movimentações de rua, que remontam às jornadas de junho, a crescente falta de popularidade de Dilma e sua perda de

---

<sup>16</sup> Ibrahim, Cesar Antonio Calejon. *A ascensão do bolsonarismo no Brasil do século XXI*. 2. ed. Curitiba: Kottler Editorial, 2021.



maioria no congresso foram aproveitadas como um conjunto de eventos que serviu para destitui-la de vez.<sup>17</sup> A classificação que apresenta Dilma Rousseff como tendo realizado uma gestão amadora encontrou ressonância na sociedade, na mídia institucionalizada e, em especial, nas redes sociais, que se referiam à Presidenta de maneira desrespeitosa. Essa percepção é apresentada por um dos entrevistados:

[...] podemos classificá-la como amadora neste campo. Portanto, para que se possa governar em todas as áreas da gestão pública é notório que se o gestor principal não for bem posicionado com as frentes do legislativo e executivo, as chances do seu governo não decolarem são muito grandes, o que de fato ocorreu com a ex-presidenta Dilma (Entrevistado 16).

Na visão dos entrevistados 10 e 12 não passam despercebidas as reais intenções envolvidas, por tratar-se de movimentos “com pretensões políticas, aproveitando das insatisfações populares e das negociações no meio político parlamentar, que levou a crise na base aliada do poder executivo presidencial central, instalando um impedimento um tanto controverso” (Entrevistado 10). Já o Entrevistado 12 avalia que as manifestações não passaram de uma manipulação orquestrada por alguns setores da sociedade, juntamente com o judiciário, para tentar legitimar o *impeachment* da presidenta Dilma e retirar o PT do poder, uma vez que esses setores eram contra as políticas de inclusão social que estavam sendo desenvolvidas no país.

No universo dos entrevistados, dois deles, os entrevistados 15 e 16, abertamente ou não, aprovam o fato, utilizando-se, na íntegra da entrevista, de enunciados como “corrupção”, “insatisfação”, “má administração”, “mudanças sempre vão ocorrer” e “gestão amadora”. Dentre os 14 entrevistados que não concordaram com a queda da presidenta, 11 deles afirmam que foi golpe (entrevistados 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12 e 13); os entrevistados 10, 11 e 14, embora não concordem com a destituição, não têm a percepção de golpe.

### *Política de cotas*

---

<sup>17</sup> Chirio, Maud. Qual uso da rua pela direita? Considerações acerca da inscrição histórica e memorial das manifestações a favor do impeachment de 2016. In: Cunha, Diogo; Nabuco, Rodrigo; Chirio, Maud (orgs.). **Crise política e virada conservadora: o abismo brasileiro no espelho do mundo (2014-2018)**. Curitiba: Appris, 2021.

## OS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UESPI E A GUINADA CONSERVADORA DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 2010 – UM PERFIL POLÍTICO

Em 2012, a presidenta do Brasil era Dilma Rousseff, signatária da Lei de Cotas. Ao sancionar a Lei nº 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 (Fonte: portal.mec.gov.br), Dilma Rousseff acolhia parte das demandas dos movimentos negro e indígena, que reivindicavam ao longo dos anos políticas de Estado de equidade social

Esta bandeira das esquerdas brasileiras e dos movimentos sociais não se implementou sem antes encontrar forte oposição. Para muitos analistas, entre estes Silvia Capanema (2021), o impedimento da presidenta Dilma Rousseff tem relação com a perspectiva da ascensão econômica e social de pardos e negros nos períodos dos governos de coloração à esquerda; assim como, acrescentamos, da crescente participação das comunidades negras e indígenas em fóruns e instâncias de deliberação em seu governo e, antes, no governo Lula.

A aprovação da destituição do cargo de presidente da República de Dilma Rousseff abre caminho para perceber como se orientaram e posicionaram as forças políticas nacionais brasileiras relativamente a temas não apenas flagrantemente econômicos, mas a outros embates políticos, entre eles, o racismo. Ao mesmo tempo, nos ajuda a compreender, na percepção de Capanema (2021, p.143), essa lógica escravista como um dos motores ou substrato do golpe de 2016. Em seu lastro, o incômodo que a política de cotas provocou em amplos setores das elites brasileiras.<sup>18</sup>

Neste tópico, os entrevistados foram unânimes em acatar o significado das cotas no ensino superior para as políticas públicas de equidade social e para os avanços sociais, de maneira geral. O entrevistado 5, por exemplo, analisa que devido “ao contexto social e ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira, as políticas de cotas são essenciais para o acesso daqueles que necessitam de oportunidades e políticas públicas para terem acesso à educação [...]”. Foi colocado em questão “o quão necessárias são as cotas, visto que além de uma dívida histórica, somos um país que precisa ascender no conceito educacional. E isso ocorre através do incentivo à educação” (Entrevistado 8). Enquanto o Entrevistado 10 corrobora a dimensão de uma dívida histórica que necessita de reparação e que deveria ser ampliada.

Embora todos os entrevistados concordem amplamente com o sistema de cotas, dois deles demonstram certo desconforto com a política de reparação do Estado. Há um porém: “A

---

<sup>18</sup> Capanema, Silvia. A destituição de Dilma Rousseff (2016) e a “força do passado”: democracia e escravismo no Brasil numa perspectiva de história do tempo presente. In: Cunha, Diogo; Nabuco, Rodrigo; Chirio, Maud (orgs.). **Crise política e virada conservadora: o abismo brasileiro no espelho do mundo (2014-2018)**. Curitiba: Appris, 2021.

política de cotas surge como oportunidade para todos, porém, distancia as classes sociais, onde todos deveriam ter direitos iguais em relação ao ensino” (Entrevistado 15). Aqui não fica claro de que maneira se daria esse distanciamento, já que a existência das políticas de equidade são precisamente para diminuir essas distâncias, dando oportunidades a quem não as têm para aproximar da igualdade cidadãos e cidadãs em situação desigual.

O Entrevistado 11 nos coloca que em alguns momentos considera interessante, mas não vê o funcionamento de forma tão eficiente: “Vejo que quem realmente necessita fica de fora”. O argumento, embora não demonstre entusiasmo pela Lei de Cotas não a desqualifica enquanto política social. Antes disso, considera a sua ampliação. A visão prevalente é a de que, conforme relata outro entrevistado,

A política de cotas é inegavelmente importante já que vivemos em um país extremamente desigual. É necessário que se possa garantir o acesso dos grupos menos favorecidos (por diversos fatores). A política de cotas do governo ainda precisa de muitos ajustes para que alcance o seu verdadeiro objetivo (Entrevistado 14).

O Entrevistado 12 avalia que “as políticas de cotas do governo são importantes para garantir um sistema de inclusão e permitir uma ascensão de minorias econômicas e sociais [...]”. Tendo o princípio da igualdade como pilar, o Entrevistado 9 fala que esta política é importante e essencial, acrescentando que o Brasil tem uma dívida muito grande com as pessoas pretas: “As cotas são apenas uma forma de tentar abrir mais espaço, diante de tanta desigualdade.”

### *Diversidade religiosa*

O tópico acerca da diversidade religiosa está presente na pesquisa porque marca um tema com caráter de centralidade no Brasil, e foi aqui colocado como viés de análise que possibilitasse aferir não apenas a dimensão da liberdade de credo como manifestação de comportamento progressista, de esquerda ou afins, e a sua negação ocupando o outro lado da diáde – a que localizamos como de direita e conservadora –, mas por ser marcante fator para compreensão de determinados contextos de desestabilização e recuos, com o avanço pentecostal ocupando eficazmente o espaço legislativo e engajando-se em diversas pautas

## OS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UESPI E A GUINADA CONSERVADORA DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 2010 – UM PERFIL POLÍTICO

contra a ampliação de direitos. Desse modo, a dimensão religiosa “é incontornável para a compreensão dos processos contemporâneos de desconsolidação das democracias”<sup>19</sup>

Trata-se de questões de crenças e, no caso em pauta, e aliado a essa primeira questão, também problemas relacionados à inserção social de determinadas religiões que levam consigo a marca da etnia. É o caso a que se refere nosso Entrevistado 4, que resume:

O Brasil rompe com o Estado confessional (o catolicismo como religião oficial e as demais na clandestinidade, marginalizadas, sobretudo as de matriz africana) e inaugura uma nova ordem social com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. O Brasil passa a ser laico (o Estado sem religião oficial e as religiões devem ser exercidas no âmbito privado). Mas como eu vejo a situação da diversidade religiosa no Brasil: presença de crucifixos nos tribunais; a própria Constituição de 1988 traz em seu preâmbulo que a República Federativa do Brasil "está sob a proteção de Deus"; os terreiros de religiões de matrizes africanas sendo atacados, mães de santo sendo atacadas, sendo chamadas de "charlatãs".

O Entrevistado 7 acrescenta que “todos somos livres para escolher sua opção religiosa”. Contudo, “o que falta é o respeito entre as próprias religiões em aceitar o direito de escolha de cada cidadão”. Não deixa de chamar a atenção essa análise de que a intolerância é decorrente dos grupos, isto é, da coletividade que professa determinada fé ou crença. Verifica-se então uma relação instituição-indivíduo exercendo sua força de coerção sobre as escolhas. “Respeito as religiões e acho que todos têm o direito de escolher a quem cultuar”, diz o Entrevistado 11. “Se todos respeitassem, não existiria tanta confusão assim”.

Já o Entrevistado 12 aponta as fontes originárias da formação do povo brasileiro, ao lembrar-nos que:

O Brasil é composto por uma miscigenação entre o Índio, o Europeu e o Negro Africano, tornando-o um país multiculturalista e que não deve permitir que a cultura desses povos deixe de existir. Assim, todas as matrizes deveriam coexistir de forma harmônica, sendo que nenhuma deve se sobrepor à outra. Nesse sentido, como o Brasil é um país laico, então se deve respeitar todas as formas de religião que existem no país.

Na mesma linha, o Entrevistado 14 esclarece que “a grande diversidade religiosa, é consequência da grande miscigenação cultural do Brasil, algo que faz parte da nossa história e merece o seu devido respeito”. A totalidade dos entrevistados professa o respeito pela diversidade religiosa, à multiculturalidade brasileira e expressa apoio ao Estado laico.

---

<sup>19</sup> Cunha, Diogo; Nabuco, Rodrigo; Chirio, Maud (orgs.). **Crise política e virada conservadora: o abismo brasileiro no espelho do mundo** (2014-2018). Curitiba: Appris, 2021.

*Diversidade de Gênero*

Em sua obra *O novo conservadorismo brasileiro*, Marina Basso Lacerda (2019) analisa as especificidades do repertório institucional, de 2014 até o *impeachment* de Dilma Rousseff. A autora ainda considera a conexão com o contexto internacional de ascensão do neoliberalismo como programa político-econômico e como baliza para os embates entre esquerda e direita, ocorridos no parlamento brasileiro, em representação à bipolaridade estabelecida no seio da sociedade, com as discussões de pautas reconhecidas como conservadoras ou progressistas. A questão de gênero se coloca como uma delas. As pautas de costumes e de gênero são claramente atravessadas transversalmente pela moral religiosa. A diversidade de gênero, a defesa da família patriarcal e o combate à igualdade caracterizariam esse conservadorismo a que se refere Lacerda, cujo lastro estaria alinhado ao neoliberalismo, ao militarismo, ao punitivismo, ao anticomunismo e, de certa maneira, ao sionismo.

Passando ao largo do pensamento conservador acerca da diversidade de gênero, incorporado ao discurso da direita brasileira, o Entrevistado 12 se posiciona ao abordar a questão dos afetos, dizendo:

[...] acho importante e prezo pelo respeito de todos, pois cada pessoa tem suas singularidades que merecem ser respeitadas, até porque não existe só uma forma de amar e o mais importante é que cada pessoa merece ser feliz com quem escolhe para se relacionar, não importa o gênero.

O Entrevistado 16 não se afasta dos elementos peculiares ao pensamento conservador, associado à defesa da família “natural” e patriarcal. Assim, entende a luta pelas demandas específicas, a exposição e a participação significativa da comunidade LGBT como atos de rebeldia e de degradação da ordem pública. O Entrevistado 6, por seu turno, coloca-se como sujeito que luta internamente para superar o preconceito e as limitações de sua visão relativamente ao tema. Admite duas frentes de busca pela superação e, pelo seu depoimento, depreende-se que recebeu uma educação para ver o mundo sem muita complexidade, de forma binária, nos moldes da família patriarcal; com sua formação de cientista social, está às voltas com essa tensão, procurando dispensar a naturalização dos costumes para vê-los como construção. Já os Entrevistados 8 e 9 aproximam a questão do preconceito da necessidade de uma educação formal e familiar que fomente a discussão sobre o assunto.

## OS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UESPI E A GUINADA CONSERVADORA DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 2010 – UM PERFIL POLÍTICO

A temática da diversidade de gênero, embora tensionada, coloca os estudantes de Ciências Sociais da UESPI, majoritariamente, no campo da defesa das demandas e dos direitos das mulheres e da comunidade LGBT, a despeito de algumas restrições pontuais.

### *Descriminalização do aborto*

A criminalização do aborto sempre foi regra no Brasil desde os seus primeiros códigos penais nacionais, passando a se intensificar a cada novo código. O Código Criminal do Império de 1830 criminalizava apenas o aborto provocado por terceiros, com ou sem consentimento da vítima, não havendo criminalização para o autoaborto. O código de 1890 já inclui como crime o autoaborto, com pena atenuada nos casos em que houvesse intuito de ocultar “desonra própria.”<sup>20</sup>

Articulada a diversas outras questões, o direito ao aborto se relacionava, ainda na década de 1970 e até hoje, a lutas que o consideram i) um direito inerente à autonomia da vontade do indivíduo quanto a questões que dizem respeito ao seu corpo; ii) proteção à saúde da mulher, em que pela descriminalização se eliminariam as sequelas do aborto clandestino, tendo a visão da saúde da mulher como valor maior que uma vida em potencial; iii) direito à saúde como preocupação social, já que as vítimas das sequelas são mulheres pobres, sem acesso a clínicas seguras das mais abastadas; e iv) laicização do debate. A postura que se opunha à descriminalização foi tida como conservadora, reacionária, pois penalizaria com risco de morte apenas as mulheres das camadas populares<sup>21</sup>

No ano de 2006, ocorreu a retomada do Projeto de Lei 1135/1991, de Eduardo Jorge – PT/São Paulo e Sandra Starling – PT/Minas Gerais, quinze anos depois de sua apresentação, apensando a este o PL 176/1995, de José Genoíno – PT/São Paulo, em que se propunha a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez. Em 2008, a Comissão de Seguridade Social e Família aprova o parecer de Jorge Tadeu Mudalen, do DEM/São Paulo, pela rejeição

---

<sup>20</sup> Dirino, Ana Karoline. A luta das mulheres pela descriminalização do aborto no Brasil e Argentina. ATÂTÔT – **Revista de Direitos Humanos da Universidade Estadual de Goiás**, Anápolis, v. 1, n. 1, pp. 100-173, jan./jun., 2020.

<sup>21</sup> Barsted, Leila de Andrade Linhares. Legalização e descriminalização – 10 anos de luta feminista. *Revista de Estudos Feministas*, Ano 0, 2º semestre, pp. 104-130. Seminário Nacional Realidade do Aborto no Brasil, 1992. **Humana Res**, v. 6, n. 10, 2024, ISSN: 2675 - 3901 p. 40 – 59 , agos. a dez. 2024 (Número Especial: 10 anos do Curso de Ciências Sociais da UESPI). DOI: citado na página inicial do texto.

do PL e consequente manutenção do aborto como crime, depois de intensa polêmica entre os partidos dos espectros de esquerda e direita.<sup>22</sup>

A esse respeito o Entrevistado 4 declara em seu depoimento:

O aborto legal no Brasil se dá a partir de três situações casuísticas: a) estupro; b) risco para a mãe e c) feto anencéfalo. Acerca da descriminalização do aborto, neste debate são as mulheres que devem ser as protagonistas. Elas é que devem ser ouvidas nas audiências públicas, se interrompem ou não uma gravidez. Eu sou homem e me posiciono pela descriminalização do aborto, mas ressaltando que eu não tenho lugar de fala para decidir diretamente acerca da temática. Eu vejo o debate acerca da descriminalização do aborto ainda centrado no campo moral e religioso, focado na ideia de pecado. Ainda mais com este Congresso Nacional, o mais retrógrado da história brasileira, que reforça os retrocessos.

As observações feitas pelos entrevistados 4 e 5 acerca do aumento das manifestações contrárias à descriminalização e da participação conservadora, ligada às religiões de base cristã, é fato e pode ser comprovada pelas movimentações na sociedade e pela criação de bancadas e frentes parlamentares de grande atuação no Congresso Nacional. Tratam-se, também, de reações “a influxos pela descriminalização do aborto vindos do Executivo”<sup>23</sup>. Essa reação à interrupção voluntária da gravidez torna-se mais intensa à medida que “atores do poder executivo encampam a reivindicação de que o procedimento seja descriminalizado”

“Polêmica”, reconhece o Entrevistado 6, “mas infelizmente necessária para a difusão de informação e um possível enfrentamento mais adequado para auxílio de mulheres em situação de vulnerabilidade”, contemporiza, posto que a discussão em pauta não se refere ao fato de se tomar posição contra ou a favor do aborto, mas à sua descriminalização. É na compreensão desse aspecto do debate que se manifesta o Entrevistado 9: “A mulher deve ter o direito à escolha sobre ter ou não uma criança. Faz-se necessário uma discussão sobre a descriminalização do aborto.” Assim como o Entrevistado 3: “Sou a favor, pois elas têm seu direito de escolha e merece ser respeitado. O corpo e a vida são delas e somente [elas] podem decidir o que é melhor pra elas.”

Na mesma linha do Entrevistado 3 sobre o princípio da autodeterminação e da autonomia sobre o próprio corpo, temos os entrevistados de números 11 e 12, sendo que o primeiro ainda coloca a questão do falso moralismo que “reina em muitos lugares [...]”. “Muitos pregam o que não cumprem e a igreja é uma delas.”

---

<sup>22</sup> Lacerda, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

<sup>23</sup> Ibidem.

## OS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UESPI E A GUINADA CONSERVADORA DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 2010 – UM PERFIL POLÍTICO

Assim, dos discentes entrevistados, os nomeados como 6, 7, 15 e 16, declaradamente contrários ou não, colocam-se com restrições sobre o tema, embora acatem fatos da realidade que justificam a descriminalização. As posições contrárias ficariam, portanto, limitadas à percepção individual e às dimensões ético-morais ou religiosas.

### *Papel dos militares*

Analisando “O papel das Forças Armadas na democracia brasileira”, em seminário promovido pela Coordenação de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, a professora Anais Medeiros Passos destaca as missões militares na América Latina, apresentando as características comuns em suas atuais constituições nacionais, quando preveem o papel voltado para dentro dessas forças, sendo estas: i) Garantia da ordem constitucional; ii) Defesa nacional (missão precípua); iii) Garantia da estabilidade do governo legal; iv) Garantia da ordem interna; v) Participação no desenvolvimento nacional; vi) Intervenção em caso de desastres [naturais]; vii) Participação em operações de paz; viii) Apoio no combate ao narcotráfico.<sup>24</sup>

Para o Entrevistado 16, a posição dos militares pode, de certa forma, “misturar-se” com as atribuições dos civis. Estabelecendo uma hierarquia entre militares e civis, o entrevistado vê os primeiros como profissionais e os participantes da vida política e civil como amadores.

Domingos Neto (2020), por sua vez, nos lembra que a ilusão da “eficiência” militar ao ser transposta para a administração pública se fundamenta na experiência do Brasil de outrora, em que oficiais estiveram à frente de grandes programas, a partir da ruptura de 1930. Nessa época, não havia universidades. As escolas militares e os seminários formavam a elite culta e a maioria dos brasileiros vivia dispersa no campo, sem noção de direitos elementares<sup>25</sup>. Também na ruptura democrática de 1964, alguns oficiais se destacaram como quadros para o serviço público.

---

<sup>24</sup> Passos, Anais Medeiros. O papel das Forças Armadas na democracia Brasileira – III Diálogos Acadêmicos: em defesa da democracia no Brasil – Teresina, Universidade Estadual do Piauí – UESPI, 2021.

<sup>25</sup> Domingos Neto, Manuel. Fileiras desconhecidas. In: Martins Filho, João Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2020.

**Humana Res**, v. 6, n. 10, 2024, ISSN: 2675 - 3901 p. 40 – 59 , agos. a dez. 2024 (Número Especial: 10 anos do Curso de Ciências Sociais da UESPI). DOI: citado na página inicial do texto.



Sobre este ponto, a professora Anais Medeiros Passos<sup>26</sup> nos coloca a questão dos princípios democráticos, em oposição à formação hierárquica dos militares: “A democracia pressupõe uma abertura à sociedade, um espaço do conflito. A estrutura hierarquizada e de obediência e ordem é conflitante com a democracia, que convive com a discordância e ideias diferentes.” Na mesma linha, o Entrevistado 11 nos lembra que “Militar deve defender as pessoas e não tentar comandar um país. O tempo da ditadura já passou.”

Alguns entrevistados, como os 3 e 7, destacam a questão do autoritarismo e do preconceito direcionado à comunidade LGBT, pobres e negros. Ao acatar a teoria do inimigo interno, as forças combatem o próprio povo brasileiro nas suas lutas de resistência e por emancipação: “Um caso de abuso. No lugar de nos defender causam medo, insegurança” (Entrevistado 7). O Entrevistado 15 coloca a questão do ponto de vista da segurança pública e das polícias estaduais, como forças auxiliares: “Vejo como representante da lei, com o dever de cuidar e proteger o cidadão.” Ao lado dessas considerações, temos o Entrevistado 4, que destaca as funções constitucionais e seus limites de atuação das Forças.

Ao observar os limites constitucionais das forças militares da América Latina e do Brasil, Passos lembra que os seus exércitos estiveram historicamente implicados em assuntos internos, intervindo na organização das forças políticas e proporcionando enclaves autoritários<sup>27</sup>. A ditadura cívico-militar de 1964, ainda presente na memória de muitos brasileiros e brasileiras, é pauta que posiciona claramente a direita e a esquerda em campos opostos, estando os setores mais radicais da primeira em movimentações recentes que articulavam o fim do estado democrático de direito, com a instalação de um Estado militarista.

Aqui o Entrevistado 6 evidencia o papel dos militares como “Importante para a defesa da soberania. [...] vendem esta [defesa da] soberania em troca de privilégios.” O Entrevistado 2 diz claramente: “Não concordo com a participação deles na política.”

À exceção do Entrevistado 14, que se declara sem “o conhecimento necessário” para prover a discussão do tema; o Entrevistado 10 – “Sem opinião”; e o Entrevistado 16, que se coloca positivamente pela participação dos militares na gestão pública, os demais participantes da entrevista são peremptoriamente contrários à intervenção dos militares na

---

<sup>26</sup> Passos, Anais Medeiros. O papel das Forças Armadas na democracia Brasileira – III Diálogos Acadêmicos: em defesa da democracia no Brasil – Teresina, Universidade Estadual do Piauí – UESPI, 2021.

<sup>27</sup> Passos, Anais Medeiros. O papel das Forças Armadas na democracia Brasileira – III Diálogos Acadêmicos: em defesa da democracia no Brasil – Teresina, Universidade Estadual do Piauí – UESPI, 2021.

## OS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UESPI E A GUINADA CONSERVADORA DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 2010 – UM PERFIL POLÍTICO

condução das políticas públicas de Estado. “Tem que cuidar das fronteiras”, diz o Entrevistado 1.

Portanto, quanto a esse tema, a maioria dos discentes manifestou posições consagradas pela esquerda: os militares com perfil de profissionais que devem cuidar da soberania e do território nacional; pelo poder civil; por liberdades democráticas e por uma democracia cada vez mais participativa.

### *Democracia*

A democracia brasileira, embora formalmente configurada com eleições de tempos em tempos, é de baixa intensidade, com participação popular sofrível na definição da vida política, social e econômica do país. Para Almeida e Lavallo (2020), a democracia está inseparavelmente associada a um conjunto de valores e de instituições que encarnam esses valores ao longo da história.<sup>28</sup> Assim, definir o que é democracia comporta uma grande diversidade de significados, termos e vocabulários que oscilam com o tempo, considerando que “as fronteiras que definem o alcance da própria democracia são objeto de permanente disputa e, por isso, existem campos de experimentação prática e inovação teórica”<sup>29</sup>. Para as autoras, é importante a abordagem a partir da prática democrática e de suas instituições, tendo como foco três aspectos essenciais de sua práxis – a participação, a deliberação e a inclusão política.

Já Silveira e Oliveira (2017) afirmam que a democracia é um dos temas mais fascinantes no terreno político da sociedade contemporânea<sup>30</sup>. E a principal razão é que a democracia é lembrada, independentemente de sua concepção, sempre que os valores como liberdade e igualdade são colocados em risco.

Acerca dos valores da igualdade e da liberdade é que se assenta a concepção de democracia do Entrevistado 7, que vê a presença da democracia “Quando uma sociedade convive em paz, respeitando opiniões, escolhas e a diversidade. Onde podemos partilhar a igualdade.”

O valor da igualdade também está presente no modo como o Entrevistado 14 qualifica a democracia: “Democracia pra mim é um sistema de igualdade em todos os sentidos, além de

---

<sup>28</sup> Almeida, Débora Rezende de; Lavallo, Adriana Gurza. Democracia: qual queremos? In: Teixeira, Ana Cláudia; Almeida, Carla; MoronI, José Antonio (orgs.). **A democracia necessária e desejada: dilemas e perspectivas**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> Silveira, Alessandra Aparecida Souza da; Oliveira, Armando Albuquerque de (coordenadores). Teorias da democracia e direitos políticos. Conped – Florianópolis – Brasil; Universidade do Minho – Portugal, 2017. **Humana Res**, v. 6, n. 10, 2024, ISSN: 2675 - 3901 p. 40 – 59 , agos. a dez. 2024 (Número Especial: 10 anos do Curso de Ciências Sociais da UESPI). DOI: citado na página inicial do texto.

um regime em que todos participam das decisões; que todos usufruem igualmente de qualidade de vida.”

“Para mim”, diz o Entrevistado 5, “Democracia é a capacidade de exercermos nossa cidadania e direitos políticos através do voto, na escolha de nossos representantes”. A inclusão política por meio do voto, sem dúvida, dá à conformação da democracia representativa uma possibilidade de inclusão de milhões de indivíduos por meio da escolha de seus representantes. Mas ela, por si só, não garante o compromisso destes e a resolução de problemas sociais relevantes: “Com efeito, participar na democracia representativa é apenas escolher, e não decidir, o que implica deslocar a deliberação para os representantes”<sup>31</sup>

Acerca da democracia brasileira, abordando o tema para demonstrar seu apreço pelo sistema democrático como um valor em si, nos fala o Entrevistado 9, porém, ciente do país em que vivemos e dos ruídos que os militares têm provocado, ao longo da história da República, na incipiente e frágil democracia brasileira: “A democracia brasileira é muito nova e por isso precisa estar sempre atenta a golpes. Militares brasileiros são viciados em dar golpes. A democracia precisa ser cuidada, preservada.”

Democracia “É o meu direito a tomar decisões sobre o que eu desejo: onde estudar, morar, a qual igreja frequentar, em quem votar... É emitir minha opinião desde que minha opinião não seja cometer um crime contra uma pessoa ou grupo”, declara o Entrevistado 12. O Entrevistado 2 coloca em análise, ainda dentro da democracia representativa, um ponto importante que envolve, de certa forma, todas as criações humanas: “A democracia é uma construção [...]”.

Apesar das críticas ao projeto democrático liberal, todos os entrevistados se manifestaram em defesa do valor universal da democracia, entendendo-a ora como regime político, modelo de civilização ou como ideal a ser alcançado<sup>32</sup>.

Neste último tópico, procuramos captar de que maneira os entrevistados entendiam a democracia, de forma que estes poderiam se colocar tanto a partir dos conceitos que lhes chegaram por meio da Ciência Política, quanto pela percepção destes da vida real. Serviria o tópico como uma cortina que se fecha depois das diversas declarações acerca dos temas que

---

<sup>31</sup> Almeida, Débora Rezende de; Lavallo, Adriana Gurza. Democracia: qual queremos? In: Teixeira, Ana Cláudia; Almeida, Carla; Moroni, José Antonio (orgs.). **A democracia necessária e desejada: dilemas e perspectivas**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

<sup>32</sup> Silva, José Diego Martins de Oliveira e; Aquino Neto, Vicente Bandeira de. Para onde caminha a democracia brasileira após a primavera de 2013 e do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. In: Teorias da democracia e direitos políticos – **VII Encontro Internacional do Conped** – Braga – Portugal.

## OS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UESPI E A GUINADA CONSERVADORA DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 2010 – UM PERFIL POLÍTICO

demandamos como essenciais para uma compreensão das suas posições no espectro da esquerda e da direita; entre percepções progressistas e conservadoras com traços extremistas, sendo esta última amplamente minoritária.

### Conclusão

Muitos autores, segundo Lacerda (2019), tratam direita e conservadorismo como sinônimos, afirmando que, em geral, os desejos por mudanças estariam relacionados a posições de esquerda; à direita estariam aqueles que procuram preservar a ordem social em uma conjuntura de ameaça<sup>33</sup>. Lacerda (2019) nos diz que “direita e esquerda” provêm de uma linguagem posicional utilizada pela Ciência Política para se referir a grupos de posturas ideológicas.<sup>34</sup>

O uso dos termos estaria relacionado à Assembleia Constituinte que se seguiu à Revolução Francesa e à posição das cadeiras de seus representantes no parlamento: o *Côté Droit* e o *Côté Gauche*, sendo a direita reconhecida “com posições aristocráticas, tradicionalistas, monárquicas; a esquerda com alinhamentos democráticos, racionalistas e, pelo menos, potencialmente, republicanos”<sup>35</sup> (Fernandes, 1995, p. 108, *apud* Lacerda, 2019, p. 27).

Nos desdobramentos proporcionados pelas entrevistas para a captura do perfil político dos estudantes de Ciências Sociais da UESPI, procuramos dispor as narrativas de modo que se concatenassem aos conceitos apresentados, na expectativa de posicionar os estudantes no espectro proposto, respaldados pela teoria política. No que ficou demonstrado que estes, em importante maioria, nos tópicos apresentados para discussão, alinham-se – não obstante o avanço da direita no país – às proposições e ao ideário da esquerda.

Dessa maneira, um curso com as características da Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI apresenta-se como espaço fundamental de manutenção de um pensamento crítico, humanista e democrático, sendo local privilegiado para reflexões profundas que permitam que pensemos uma sociedade plural e que respeite os direitos humanos. É fundamental que tais discussões e valores ultrapassem os muros da universidade e cheguem cada vez mais à sociedade como um todo, por meio de iniciativas de pesquisa e extensão.

---

<sup>33</sup> Lacerda, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> *Ibidem*.